



## Perspectivas históricas sobre a inflação: contribuições do pensamento económico ao longo dos séculos

**Bernardo Vaz**

[vazbernardo88@gmail.com](mailto:vazbernardo88@gmail.com)

Sem vinculação institucional

Orcid: 0009-0000-9646-6830

### Resumo

A inflação, entendida como o aumento generalizado e sustentado dos preços numa economia, tem sido objeto de diferentes interpretações ao longo da história do pensamento económico. Os mercantilistas associaram-na ao excesso de metais preciosos provenientes do comércio exterior, enquanto os fisiocratas a relacionaram com distorções na produção agrícola e estrutural da economia. Para os clássicos, a inflação resulta da quantidade de moeda em circulação, formalizando a teoria quantitativa da moeda. Em contraste, a Escola Histórica Alemã rejeitou explicações universais e defendeu que o fenómeno depende das condições históricas e institucionais de cada país. Os marxistas interpretaram-na como reflexo das contradições do sistema capitalista, influenciada pela especulação e pelos monopólios. Já os neoclássicos integraram os preços num sistema de equilíbrio geral, associando a inflação a desequilíbrios de procura e oferta monetária. Os keynesianos viram-na como consequência do excesso de procura face à capacidade produtiva, propondo políticas fiscais e monetárias para estabilizar os preços, enquanto a Escola Austríaca a considerou um fenómeno monetário e institucional, causado pela expansão artificial do crédito e pela intervenção estatal. Essas diferentes abordagens revelam que a inflação é um fenómeno complexo, cuja compreensão exige integrar fatores monetários, estruturais, históricos e institucionais.

**Palavras-chave:** Escolas de pensamento económico. Inflação. História.

## 1. Introdução

A inflação, entendida como o aumento generalizado do nível de preços em um dado período, é um dos principais tópicos tratados em macroeconomia, juntamente com o Produto Interno Bruto (PIB) e o desemprego. Ao longo da história do pensamento económico, o fenómeno da inflação mereceu atenção de diferentes escolas e autores. Os mercantilistas, nos séculos XVI e XVII, estabeleceram uma relação direta entre a inflação e o comércio exterior, defendendo que a quantidade de metais preciosos em circulação determinava o nível de preços. Os fisiocratas, em meados do século XVIII, viam a inflação como resultado de distorções estruturais na produção, defendendo que a estabilidade dos preços agrícolas era o principal mecanismo de contenção inflacionária.

Para os clássicos, a inflação estava associada à quantidade de moeda em circulação e à estrutura produtiva de uma economia, uma vez que a moeda era considerada apenas um intermediário de trocas de bens e serviços. Em contraposição, a Escola Histórica Alemã entendia a inflação como um fenómeno dependente das condições históricas concretas de cada país, rejeitando explicações universais, como a Teoria Quantitativa da Moeda em sua versão clássica. Já os marxistas interpretavam a inflação como reflexo das contradições internas do sistema capitalista, destacando o papel da especulação financeira e dos monopólios na formação de preços.

Os neoclássicos viam os preços como parte de um sistema de equilíbrio geral, considerando a inflação como resultado de desequilíbrios monetários ou de procura. Em contrapartida, a Escola Keynesiana defendia que a inflação surgia sobretudo do excesso de procura em relação à capacidade produtiva da economia. Já a Escola Austríaca analisava a inflação como um fenómeno monetário e institucional, cuja raiz estaria na expansão artificial da moeda e do crédito, promovida pela intervenção estatal e pelo sistema bancário.

Antes da década de 1970, muitas economias mantinham as suas moedas indexadas ao ouro, o que limitava a capacidade dos bancos centrais de expandirem a base monetária sem lastro. Esse mecanismo contribuiu para que, durante longos períodos, a economia mundial registasse taxas de inflação relativamente baixas (PIKETTY, 2012).

A análise da inflação numa perspetiva histórica é fundamental porque permite compreender a evolução das ideias ao longo do tempo, bem como a influência de fatores ideológicos sobre o pensamento económico. O objetivo deste trabalho é, portanto, descrever como cada escola de pensamento interpretou o fenómeno da inflação, identificar as principais explicações oferecidas e destacar os contributos dos seus principais representantes.

## 1. Conceito e medição da Inflação

### 1.1. Definição de inflação

A inflação é um fenómeno económico complexo e abrangente, para o qual não existe uma única definição. Ao longo da história, diversos autores apresentaram perspetivas distintas, mas complementares, que contribuem para um melhor entendimento desse fenómeno. Segundo Blanchard & Johnson (2013, p. 563), “a inflação é um aumento contínuo e generalizado no nível de preços de bens e serviços em uma economia ao longo do tempo”. Complementando, Mishkin (2019, p. 127) caracteriza a inflação como “um processo persistente de elevação do nível de preços, que não se confunde com aumentos isolados ou temporários em setores específicos”. Com um enfoque mais institucional, Abreu, Lima & Gonçalves (2021, p. 45) destacam que “a inflação é tanto um fenómeno



monetário quanto um reflexo de desequilíbrios reais na economia, como excesso de procura ou choques de custos”.

## 1.2. Formas de medição: IPC, deflator do PIB, índice de preços ao produtor.

Diversos indicadores são utilizados para mediar a inflação, cada um com metodologias diferentes. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC)<sup>1</sup> é o mais conhecido, medindo a variação de preços de uma cesta de bens e serviços representativa do consumo familiar. Blanchard (2021) destaca que o IPC tende a superestimar a inflação por não considerar substituições de produtos quando os preços sobem, sendo sensível a variações sazonais (BLANCHARD, 2021). Já Mankiw (2019) ressalta que diferentes países adotam metodologias distintas para o IPC, o que pode dificultar comparações internacionais (MANKIW, 2019). O deflator do PIB oferece uma perspectiva mais ampla, calculando a razão entre o PIB nominal e o PIB real, refletindo a variação de preços de todos os bens e serviços produzidos na economia. Segundo Krugman (2018), o deflator é mais abrangente que o IPC, pois inclui bens de capital e exportações, mas tem a desvantagem de ser publicado com menor frequência (Krugman, 2018). Para Bernanke et al. (2019), o deflator é particularmente útil para analisar a inflação em economias com estruturas produtivas em transformação (BERNANKE et al., 2019).

O Índice de Preços ao Produtor (IPP) mede as variações de preços na fase de produção, servindo como indicador antecipado de pressões inflacionárias. Mishkin (2021) argumenta que o IPP é crucial para políticas monetárias preventivas, pois sinaliza mudanças nos custos que podem ser repassados aos consumidores (MISHKIN, 2021). Já Stiglitz (2020) alerta que o IPP pode ser volátil, especialmente em economias dependentes de commodities (STIGLITZ, 2020).

## 1.3. Tipos de inflação

Podemos classificar a inflação em vários tipos, conforme suas causas e forma de propagação. Um dos tipos é a **inflação de demanda**, que ocorre quando há um aumento generalizado na procura por bens e serviços sem um correspondente crescimento na oferta, pressionando os preços para cima. Segundo Keynes (1936), esse fenômeno está associado a um excesso de demanda agregada em relação à capacidade produtiva da economia, frequentemente impulsionado por políticas expansionistas (como aumento dos gastos públicos) ou crescimento do crédito (por via da redução da taxa de juros). Para Friedman (1963), no longo prazo, a inflação de demanda é sempre um fenômeno monetário, resultante de um crescimento descontrolado da oferta de moeda.

Temos também a **inflação de custos**, que surge quando os preços sobem devido ao aumento nos custos de produção, como salários, matérias-primas, transporte ou energia. Esse tipo de inflação é frequentemente desencadeado por choques de oferta, como crises no preço do petróleo ou elevação do custo da mão de obra, que reduzem a margem de lucro das empresas e as levam a repassar os custos aos consumidores (SAMUELSON, 1960). Nas economias em que o oligopólio<sup>2</sup> predomina,

---

<sup>1</sup> Em Angola temos o Índice de Preços ao Consumidor Nacional (IPCN), calculado e divulgado mensalmente pelo INE, com base em doze classes que engloba educação, transporte, agricultura, habitação, saúde, energia e outros...mas também há outros índices menos genéricos (setorial) publicados pelo INE.

<sup>2</sup> Um oligopólio é um tipo de estrutura de mercado em que um pequeno número de empresas controla a maior parte do mercado, geralmente com produtos ou serviços similares. Isso leva a uma concorrência limitada, onde as empresas podem influenciar os preços e a oferta, e a entrada de novos concorrentes pode ser difícil. Em Angola temos como exemplo o mercado das telecomunicações.



as empresas têm maior poder para aumentar preços mesmo sem pressão da demanda, gerando inflação de custos estrutural (PHELPS, 1967).

O outro tipo é a **inflação estrutural**, que está associada a uma ineficiência geral da economia, gerando desequilíbrios crônicos na economia, como inúmeros obstáculos à produção, infraestrutura deficiente ou concentração de mercados. De acordo com Furtado (1974), esse tipo de inflação está associado a problemas de desenvolvimento económico em países periféricos, onde a industrialização incompleta e a dependência externa geram pressões inflacionárias persistentes. Por fim, a **inflação inercial** ocorre quando a inflação passada se perpetua devido ao ajustamento automático dos preços para preservar o poder de compra dos salários (indexação). Os economistas brasileiros Resende e Arida (1986) destacam que, em contextos de alta inflação, os agentes económicos passam a reajustar preços automaticamente com base na inflação anterior, criando um ciclo vicioso.

### 1.4. Impactos macroeconómicos da inflação

A inflação, dependendo de sua origem e intensidade, causa diferentes efeitos na economia. Quando moderada e estável, pode até estimular o consumo e o investimento, como defendem os keynesianos. No entanto, em níveis elevados ou descontrolados, distorce preços relativos, corroendo o poder de compra, aprecia a taxa de câmbio, desestimulando poupanças e gera incerteza para investimentos de longo prazo (FRIEDMAN, 1963). Além disso, a inflação estrutural e inercial tende a aprofundar desigualdades sociais, pois trabalhadores informais e assalariados com renda fixa são os mais prejudicados, enquanto setores financeiros podem se beneficiar de mecanismos de indexação (FURTADO, 1974).

Em contextos de hiperinflação<sup>3</sup>, os impactos são ainda mais graves: desorganização produtiva, fuga para moedas estrangeiras e perda de credibilidade das políticas económicas (RESENDE & ARIDA, 1986). Razão pela qual o controlo da inflação é um dos principais objetivos de bancos centrais e governos, ainda que as medidas de controlo, redução do défice fiscal e aumento da taxa de juros, possam, no curto prazo, reduzir o crescimento económico (SAMUELSON, 1960).

## 1. Os Mercantilistas (séculos XVI e XVII)

O mercantilismo constituiu a primeira corrente estruturada de pensamento económico da era moderna, refletindo as preocupações de Estados em consolidação no período de expansão marítima europeia. O seu enfoque principal era a acumulação de metais preciosos como fonte de riqueza e poder. De acordo com Schumpeter (1994), os mercantilistas estabeleceram as bases da reflexão sobre moeda e preços ao relacionarem diretamente o fluxo de metais com a inflação, sobretudo no contexto da chamada “Revolução dos Preços” do século XVI, marcada pela entrada de ouro e prata das colónias americanas na Europa.

Jean Bodin foi um dos primeiros a formular a ideia de que a abundância monetária provocava aumento de preços. Em 1568, Bodin argumentou que a inflação resultava da grande chegada de metais preciosos, que aumentava a circulação monetária e pressionava os preços. Essa explicação antecipava, de forma embrionária, a Teoria Quantitativa da Moeda (DENNIS, 1981).

---

<sup>3</sup> A hiperinflação é um fenómeno económico caracterizado por um aumento extremamente rápido e descontrolado dos preços de bens e serviços em uma economia. Geralmente, considera-se que uma economia está em hiperinflação quando a taxa mensal de inflação ultrapassa os 50%.



O economista italiano, Antonio Serra, em 1613, publicou o “Breve tratado das causas que podem fazer abundar os reinos de ouro e prata”, nesta obra o autor enfatizou a importância do desenvolvimento produtivo e das manufaturas para além da mera acumulação de metais. Para Serra, a inflação estava associada não apenas ao excesso de moeda, mas também a falhas estruturais na produção e ao desajuste entre oferta e procura (BALUG, 1997; DINNIS, 1981).

Em 1664, Thomas Mun publica “A Riqueza da Inglaterra pelo Comércio Exterior”, defendendo que a riqueza de uma nação dependia do superávit comercial. Ao privilegiar exportações e limitar importações, o autor reconhecia que o excesso de moeda interna podia gerar aumento de preços, reduzindo a competitividade das exportações. Portanto, a inflação era percebida como um risco que minava a política mercantilista, sendo controlada pela gestão do comércio exterior (DINNIS, 1981).

William Petty, considerado um dos primeiros economistas a utilizar métodos quantitativos na análise económica e precursor da economia política, em 1690 publicou o “Aritmética Política”, onde analisou os efeitos do crescimento populacional e da moeda sobre os preços, destacando que a inflação resultava do desequilíbrio entre a quantidade de moeda em circulação e a capacidade produtiva da economia.

Segundo Blaug (1997) e Dennis (1981), os mercantilistas não apresentavam uma teoria uniforme, mas partilhavam a convicção de que a moeda era central para a dinâmica económica. A inflação era vista como resultado direto da abundância de metais preciosos e da má gestão do comércio. Estes economistas lançaram as bases para a formulação mais estruturada da Teoria Quantitativa da Moeda, posteriormente desenvolvida por Ricardo e Fisher.

## 2. Os Fisiocratas (século XVIII)

O movimento fisiocrata surgiu em França, na metade do século XVIII, como a primeira escola estruturada do pensamento económico antes mesmo da consolidação da escola clássica. O termo deriva de “governo da natureza”, refletindo a ideia central de que a riqueza de uma nação advém fundamentalmente da terra e da produção agrícola. A análise da inflação entre os fisiocratas insere-se nesta visão, em que a agricultura era vista como a única fonte de excedente económico, enquanto a indústria e o comércio eram considerados atividades “estéreis”. Nesse sentido, a inflação estava intimamente associada às condições da produção agrícola, à circulação de produtos e ao equilíbrio entre oferta e procura de bens essenciais (SCHUMPETER, 1994).

François Quesnay, médico da corte de Luís XV, considerado o líder desta Escola, expressou as suas ideias no famoso Quadro Económico (1758), considerado por muitos a primeira tentativa de modelagem macroeconómica, nele, descreve os fluxos de produção e renda numa economia agrícola. Para Quesnay (1758), a inflação derivava sobretudo de falhas na circulação do excedente agrícola ou de políticas fiscais que distorciam os preços. A estabilidade dos preços dos produtos agrícolas era importante, pois aumentos descontrolados poderiam comprometer a capacidade de subsistência da população e gerar crises sociais. Também criticava a emissão desordenada de moeda por parte do Estado, defendendo que a quantidade monetária deveria apenas facilitar as trocas, não sendo causa autónoma de prosperidade (SCHUMPETER, 1994; BLAUG, 1997, DENNIS, 1981).

Anne Turgot, um dos mais destacados discípulos de Quesnay, aprofundou a análise da relação entre moeda, crédito e preços. Na sua obra “*Reflexões sobre a formação e a distribuição das riquezas*”, publicada em 1776 reconheceu que expansões excessivas do crédito poderiam provocar aumentos artificiais nos preços, mas enfatizou que as flutuações de longo prazo estavam sempre



vinculadas à produtividade agrícola. Assim, tal como Ricardo mais tarde faria na escola clássica, Turgot vinculava a inflação não apenas a fatores monetários, mas sobretudo a desequilíbrios reais (o que hoje conhecemos como inflação de custos).

Victor de Riqueti, marquês de Mirabeau, em 1760, também contribuiu para o pensamento fisiocrata, ao enfatizar que a inflação agrícola podia ser devastadora para o bem-estar social, preços excessivamente elevados dos alimentos reduziam o poder de compra da população urbana e geravam instabilidade política. Nesse sentido, a sua visão conecta-se à ideia de Malthus, que mais tarde, entre os clássicos, abordaria a relação entre demografia, alimentos e preços. Nos fisiocratas, a inflação não era vista apenas como fenómeno monetário, mas como desequilíbrio entre produção agrícola e necessidades da sociedade (DENNIS, 1981).

O grande contributo dos fisiocratas para a história do pensamento económico está em situar a inflação no contexto estrutural da economia. Ao contrário dos mercantilistas, que associavam o aumento dos preços ao acúmulo de metais preciosos, os fisiocratas perceberam que a dinâmica da produção agrícola e os fluxos de renda eram determinantes principais para o comportamento dos preços (DENNIS, 1981).

Para Schumpeter (1994), os fisiocratas foram os primeiros a propor uma teoria consistente da economia, onde a inflação não poderia ser reduzida a mera expansão monetária, mas entendida como reflexo de desequilíbrios internos do “corpo económico”. Já Blaug (1997) acrescenta que, embora os fisiocratas tenham sobrestimado o papel exclusivo da agricultura, a sua preocupação com preços agrícolas e com os efeitos sociais da inflação foi de grande importância para a evolução posterior da teoria económica.

### 3. Escola Clássica (século XVIII e XIX)

A Escola Clássica, que floresceu entre o final do século XVIII e meados do século XIX, representou um marco decisivo no desenvolvimento da ciência económica, sobretudo no modo como os fenómenos monetários e a inflação passaram a ser interpretados. Adam Smith, considerado o fundador da economia política clássica, já havia destacado na sua obra *A Riqueza das Nações* que a moeda funciona essencialmente como um “meio de troca” e não como fonte autónoma de riqueza. Para Smith, os preços refletem em última instância os custos de produção e a produtividade do trabalho, embora reconhecesse que variações na quantidade de moeda em circulação pudessem influenciar o nível geral de preços no curto prazo. A sua visão introduziu uma distinção importante entre moeda como facilitadora do comércio e os fundamentos reais da produção.

Foi Ricardo (1817) quem desenvolveu de forma sistemática a Teoria Quantitativa da Moeda, segundo a qual o valor da moeda depende diretamente da sua quantidade em circulação relativamente ao volume de bens disponíveis. Ou seja, um aumento excessivo da emissão monetária, não acompanhado por expansão da produção, levaria inevitavelmente a aumentos de preços, isto é, à inflação. Essa visão alinhava-se com a defesa da convertibilidade do papel-moeda em ouro como mecanismo de disciplina monetária, característica do chamado “padrão-ouro” que vigorou no século XIX. A sua contribuição consolidou a ideia de que a inflação tem origem essencialmente monetária, visão que influenciou gerações posteriores de economistas (BLAUG, 1981).

Jean-Baptiste Say (1803), conhecido pela “Lei dos Mercados”, segundo a qual “a oferta cria a sua própria procura”, também contribuiu para o entendimento da inflação. Para Say (1803), os desequilíbrios de preços derivavam mais de distorções temporárias entre setores do que de uma

insuficiência geral da procura. Na sua perspetiva, a inflação não era resultado de falhas endógenas do sistema produtivo, mas sim de intervenções externas, choques agrícolas ou emissão excessiva de moeda (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

Por sua vez, Malthus (1798) abordou a inflação numa dimensão demográfica e agrícola. Na sua teoria da “armadilha malthusiana”, argumentou que o crescimento populacional tenderia a superar o crescimento da produção agrícola, resultando em pressões sobre os preços dos alimentos. Embora a sua análise não se concentrasse diretamente na moeda, ela destacava um canal importante de inflação estrutural: a escassez relativa de bens essenciais, sobretudo em economias ainda fortemente dependentes da agricultura. A noção de que choques de oferta podem desempenhar papel tão relevante quanto os fatores monetários, já estava implícita em Malthus.

Os autores clássicos, apesar das diferenças, partilhavam uma crença fundamental na tendência autorreguladora dos mercados, inclusive no que respeita à estabilização de preços. O debate clássico acerca da inflação deve ser compreendido no contexto do padrão-ouro, onde a disciplina externa dos fluxos internacionais de metal precioso condicionava as políticas monetárias nacionais (DENNIS, 1981).

Schumpeter (1994) argumenta que a Escola Clássica estabeleceu as bases do que mais tarde se tornaria a teoria monetarista moderna. A formulação segundo a qual há uma relação direta entre moeda e preços antecipava as abordagens posteriores de Irving Fisher e Milton Friedman. Já Blaug (1997) acrescenta que a visão clássica, embora sólida para o seu tempo, pecava por reduzir excessivamente a inflação a fatores monetários, ignorando a complexidade das interações institucionais e financeiras que começariam a ser consideradas no final do século XIX.

#### **4. A Perspetiva Marxista sobre a Inflação**

A escola marxista apresentou uma abordagem distinta da inflação, partindo de uma análise crítica do sistema capitalista e da sua lógica de acumulação. Para Marx (1867), a moeda desempenhava três funções principais: medida de valor, meio de circulação e reserva de valor. Na sua visão, a inflação não era apenas um fenómeno monetário, mas sim uma manifestação das contradições internas do capitalismo. O aumento geral dos preços podia resultar tanto da desvalorização da moeda metálica como do desequilíbrio entre produção e circulação monetária, refletindo tensões entre capital e trabalho. Engels (1878) argumentou que as crises de sobreprodução levavam a flutuações de preços e à instabilidade monetária, demonstrando que a inflação não era um problema isolado, mas parte da dinâmica cíclica do capitalismo.

No início do século XX, Hilferding (1910), aprofundou o estudo do papel do sistema bancário e do capital financeiro no processo inflacionário, concluindo que, a expansão do crédito e a especulação financeira poderiam gerar inflação, sobretudo quando desconectadas da produção real. A inflação surgia, assim, como um produto da financeirização do capital e da sua busca incessante por valorização (HARVEY, 2011).

Posteriormente, Sweezy (1942), em *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, destacou que a inflação se relaciona com o monopólio e com o poder de fixação de preços das grandes empresas. Neste contexto, a inflação não se explica apenas pela quantidade de moeda, mas pelas estruturas de poder e concentração do capital. Mandel (1972), em *O Capitalismo Tardio*, complementou esta visão ao considerar que a inflação nos países capitalistas avançados era resultado da combinação entre pressões salariais, concentração de capital e políticas estatais de sustentação da procura (HARVEY, 2011).



A perspetiva marxista diferencia-se da clássica e da neoclássica por rejeitar a explicação exclusivamente monetária da inflação. Para os marxistas, os preços expressam relações sociais de produção e exploração, de modo que a inflação reflete as lutas de classes e as contradições do sistema económico (DENNIS, 1981).

### 5. A Escola Histórica Alemã

A Escola Histórica Alemã surgiu no século XIX em contraposição a hegemonia da escola clássica inglesa. Para os seus principais representantes, como Wilhelm Roscher, Bruno Hildebrand e Karl Knies, a economia não poderia ser explicada apenas por leis gerais e abstratas, mas sim por meio da análise histórica e institucional das sociedades. Nesse sentido, os preços e a inflação deveriam ser compreendidos dentro do contexto de cada país, considerando fatores como estrutura produtiva, hábitos de consumo e políticas estatais.

Um dos pontos centrais desta corrente de pensamento económico foi o reconhecimento do papel do Estado na regulação da economia. Hildebrand (1864) argumentava que a moeda e o crédito eram instrumentos de organização social, e não apenas variáveis quantitativas como na tradição clássica. Nesta abordagem a inflação não apenas um fenómeno monetário, mas também o resultado de más políticas ou de crises ligadas ao desenvolvimento desigual dos setores produtivos.

No século XX surge aquela que ficou conhecida como a "Escola Histórica Jovem", representada por Schmoller (1900), com ele, a crítica à abstração da teoria clássica foi reforçada. Esse economista via a inflação como reflexo de mudanças estruturais, ligadas ao desenvolvimento industrial e às pressões de guerra. Assim sendo, a política económica deveria ser adaptada às especificidades nacionais, cabendo ao Estado intervir para assegurar estabilidade de preços e bem-estar social.

A Escola Histórica Alemã representou uma importante transição, pois deslocou o debate da visão puramente monetária da inflação para uma abordagem socioeconómica e institucional, que influenciou mais tarde o pensamento keynesiano e as teorias modernas sobre rigidez de preços e falhas de mercado (DENNIS, 1981).

### 6. A Escola Neoclássica (século XIX e XX)

A escola neoclássica surgiu na segunda metade do século XIX, representando uma ruptura com o enfoque clássico no valor-trabalho e deslocando a análise para a utilidade marginal como determinante dos preços. Este novo paradigma alterou também a forma como se pensava a inflação, passando a ser compreendida em função das interações entre oferta, procura e moeda. Segundo Schumpeter (1994), os neoclássicos estabeleceram uma ponte entre as contribuições clássicas e as formulações monetaristas do século XX, reforçando a ideia de que a inflação resultava de desequilíbrios monetários, mas sem perder de vista a dimensão real da economia.

William Jevons (1871) foi um dos percussores da análise marginalista, destacando que os preços eram determinados pela utilidade e pela escassez relativa dos bens. A inflação correspondia a um processo de desequilíbrio em que a expansão da moeda ou do crédito aumentava artificialmente a procura, elevando os preços para além do seu valor de equilíbrio. Jevons (1871) via a moeda como “um véu” sobre as trocas, mas admitia que desequilíbrios monetários podiam distorcer temporariamente o funcionamento dos mercados. Carl Menger, outro fundador da escola marginalista, defendia que a moeda emergia espontaneamente como instrumento de troca. No que toca à inflação, Menger (1871) enfatizava que o excesso de emissão monetária desvalorizava a moeda em termos relativos, levando a uma perda do seu poder de compra (SCHUMPETER, 1994).



Léon Walras, por sua vez, contribuiu com a formulação do modelo de equilíbrio geral. Walras (1874) argumentou que, em condições de concorrência perfeita, os preços tenderiam ao equilíbrio. No entanto, choques monetários podiam gerar desequilíbrios transitórios, conduzindo a aumentos de preços. A inflação era, portanto, vista como uma perturbação na trajetória de equilíbrio, resultante da expansão da moeda ou de choques exógenos de procura (SCHUMPETER, 1994).

Alfred Marshall, considerado um neoclássico tardio, destacou-se pela integração da teoria monetária com a análise da oferta e da procura. Para Marshall (1890), a inflação não podia ser explicada apenas pela quantidade de moeda, mas pelo modo como esta interagia com a velocidade de circulação, com a produção e com as expectativas dos agentes. Assim, abriu caminho para as formulações de Irving Fisher, que consolidou a Teoria Quantitativa da Moeda em termos matemáticos (BLAUG, 1997).

Irving Fisher, em “*O Poder de Compra da Moeda*” (1911), formulou a famosa equação das trocas:

$$MV=PT$$

onde M representa a quantidade de moeda, V a sua velocidade de circulação, P o nível de preços e T o volume de transações. Para Fisher (1911), a inflação é resultado direto de um aumento em M ou V sem um correspondente aumento em T, levando inevitavelmente à elevação de P. Esta formulação marcou a transição entre a tradição neoclássica e o monetarismo do século XX, influenciando autores como Milton Friedman (MALABRE, 1995).

A grande inovação neoclássica foi formalizar a inflação dentro de modelos matemáticos de equilíbrio, distanciando-se das análises descritivas dos clássicos e fisiocratas. Ao contrário dos clássicos, os neoclássicos perceberam a importância das expectativas e da psicologia dos agentes para o comportamento dos preços (BLAUG, 1997; DENNIS, 1981).

## 7. Escola Keynesiana

A teoria keynesiana trouxe uma compreensão inovadora do fenómeno inflacionário, vinculando-o à relação entre procura agregada, emprego e produção. Para Keynes, em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), a inflação ocorre quando a economia atinge o pleno emprego. Nesse ponto, qualquer aumento adicional da procura agregada pressiona os preços em vez de expandir a produção, pois todos os recursos já estão sendo utilizados. Assim, a inflação keynesiana é uma inflação de procura.

Posteriormente, Hansen (1953), considerado o “Keynes americano”, destacou a importância da política fiscal e monetária na gestão da procura para conter pressões inflacionárias. De acordo com o economista americano, déficits fiscais excessivos poderiam gerar inflação persistente se não fossem acompanhados por políticas de controlo da procura agregada. Paul Samuelson e Robert Solow (1960) avançaram o debate ao desenvolver a curva de Phillips na tradição keynesiana, relacionando inflação e desemprego. Para os autores, políticas de expansão da procura poderiam reduzir o desemprego, mas ao custo de maior inflação. Esse trade-off dominou a macroeconomia durante as décadas de 1950 e 1960, reforçando a visão de que a inflação podia ser gerida através de políticas de estabilização (MALABRE, 1995).

James Tobin foi o responsável da síntese neoclássica-keynesiana, propondo que níveis moderados de inflação podiam, paradoxalmente, estimular o investimento e o crescimento, ao reduzir o custo real de manter moeda parada e incentivar a aplicação de capitais em atividades produtivas. Para Tobin (1972), a inflação não era sempre negativa, mas sim um fenómeno que precisava ser controlado dentro de limites aceitáveis (MALABRE, 1995; DENNIS, 1981).



A contribuição keynesiana foi fundamental por deslocar a explicação da inflação de uma ótica puramente monetária para uma abordagem baseada na procura e no nível de emprego. Isso marcou uma ruptura com a teoria quantitativa clássica, ao demonstrar que os preços não dependem apenas da quantidade de moeda, mas também da utilização dos recursos produtivos (MALABRE, 1995). A crítica monetarista, no final dos anos 60, desafiou a visão keynesiana, argumentando que a inflação é sempre um fenómeno monetário. No entanto, a herança keynesiana permanece relevante ao explicar episódios de inflação originados por choques de procura.

### 8. A Escola Austríaca

A Escola Austríaca, iniciada com Carl Menger no final do século XIX, via a inflação não apenas como o aumento generalizado dos preços, mas, sobretudo, a expansão artificial da oferta de moeda e crédito promovida por bancos centrais e pelo sistema bancário. Assim, a ênfase desloca-se do sintoma (preços em alta) para a causa (criação excessiva de moeda) (ROTHBARD, 2009).

Ludwig von Mises, em *A Teoria do Dinheiro e do Crédito* (1912), foi um dos primeiros a sistematizar essa visão. Para ele, a inflação é sempre resultado da intervenção governamental que altera a quantidade de moeda em circulação. Ao aumentar o crédito de forma artificial, cria-se uma distorção na estrutura de preços relativos, levando a más alocações de recursos e a ciclos económicos instáveis. Hayek (1931), em sua teoria dos ciclos económicos, aprofundou essa análise, argumentando que a inflação monetária leva a uma taxa de juro artificialmente baixa, que induz os empresários a investirem em projetos de longo prazo insustentáveis. Quando o crédito se retrai, esses investimentos revelam-se inviáveis, gerando crises. Portanto, a inflação não só corrói o poder de compra, mas também semeia instabilidade económica estrutural (WAPSHOTT, 2013).

Hazlitt (1978), destacou o carácter destrutivo da inflação sobre a poupança e a confiança social. Para ele, a inflação é uma forma de tributação oculta que pune os mais pobres e beneficia os governos gastadores, além de corroer a base moral da economia de mercado. Rothbard (2009) reforçou esse ponto ao afirmar que qualquer emissão de moeda além do ouro ou do lastro considerado "real" constitui inflação. Para Rothbard, a solução passa pela abolição dos bancos centrais e o retorno a um sistema monetário baseado em padrões rígidos, como o ouro, para evitar a manipulação da oferta de moeda.

**Tabela 01** | Resumo das escolas de pensamento económico e a inflação

<b>Escola / Corrente</b>	<b>Principais Representantes</b>	<b>Contribuição para o Debate da Inflação</b>	<b>Período / Ano</b>
<b>Mercantilistas</b>	Thomas Mun, Jean Bodin, William Petty	Associaram inflação à entrada de metais preciosos (teoria do metalismo). Bodin (1568) relacionou aumento de preços à abundância de ouro e prata.	Séc. XVI – XVII
<b>Fisiocratas</b>	François Quesnay, Turgot	Ligaram preços à produção agrícola e à circulação do produto líquido. A inflação seria reflexo de más colheitas e desajustes na produção agrícola.	Séc. XVIII
<b>Clássicos</b>	Adam Smith, David Ricardo, J.-B. Say, Malthus	Smith relacionou moeda e valor; Ricardo consolidou a Teoria Quantitativa da Moeda; Say ligou produção e procura; Malthus destacou pressão demográfica sobre preços agrícolas.	Séc. XVIII – XIX
<b>Escola Histórica Alemã</b>	Roscher, Hildebrand, Schmoller	Enfatizaram fatores históricos e institucionais; inflação não apenas monetária, mas dependente de estruturas produtivas e políticas estatais.	Séc. XIX
<b>Marxista</b>	Karl Marx, Friedrich Engels	Inflação como resultado da exploração capitalista, crises de superprodução e depreciação monetária em períodos de crise.	Séc. XIX
<b>Neoclássicos</b>	Léon Walras, Alfred Marshall, Wicksell	Explicaram inflação pelo desequilíbrio entre procura e oferta; Wicksell destacou papel da taxa de juro natural e monetária no processo inflacionário.	Final séc. XIX – início XX
<b>Keynesianos</b>	John Maynard Keynes	Inflação associada ao excesso de procura agregada; defendeu políticas fiscais e monetárias ativas para controlar preços e desemprego.	Década de 1930
<b>Austríacos</b>	Carl Menger, Ludwig von Mises, Hayek	Enfatizaram distorções causadas pela expansão artificial do crédito e excesso de intervenção estatal; inflação é sempre efeito da manipulação monetária.	Final séc. XIX – XX

Fonte: Elaboração própria

## Conclusão

Os mercantilistas associaram a inflação ao excesso de moeda proveniente das colónias, mas também perceberam que os preços dependiam do equilíbrio entre moeda, comércio e produção. Estabeleceram uma relação entre inflação e comércio exterior, a contribuição mercantilista foi decisiva para abrir o debate que seria posteriormente aprofundado pelas escolas vindouras, principalmente os clássicos. Por outro lado, os fisiocratas viam a inflação como um fenómeno estrutural, derivado principalmente de distorções na produção; eles enfatizavam a estabilidade dos preços dos produtos agrícolas, assim como os efeitos do crédito e da moeda sobre os preços e as consequências sociais do aumento dos preços dos alimentos. Apesar das suas limitações, o pensamento fisiocrata foi determinante para a transição das ideias mercantilistas para uma análise mais elaborada dos clássicos.

A Escola Clássica solidificou a ideia de que a inflação é um fenómeno fundamentalmente ligado à quantidade de moeda e à estrutura produtiva, destacando o papel da moeda como mero intermediário das trocas de bens e serviços, formalizando a teoria quantitativa. Os clássicos estabeleceram os alicerces teóricos sobre os quais os debates posteriores sobre inflação seriam construídos, principalmente no mainstream económico. A Escola Histórica Alemã segue o caminho oposto, este grupo de pensadores via a inflação como um fenómeno dependente das condições históricas concretas, rejeitando leis universais como a Teoria Quantitativa da Moeda em sua versão clássica. Essa escola destacou a importância de considerar a cultura, as instituições e a política na compreensão do comportamento dos preços. Por outro lado, a escola marxista compreende a inflação como um fenómeno estrutural do capitalismo, como expressão das crises de produção e distribuição deste sistema; para os marxistas a inflação é resultado da especulação financeira e dos monopólios.

Os neoclássicos viam a inflação como resultado de desequilíbrios monetários e de procura, integrando os preços num sistema de equilíbrio geral. Enfatizaram conceitos como utilidade, escassez, moeda e produção, equilíbrio matemático e, com esta base, foi formulada a explicação quantitativa da inflação, hoje predominante. O contributo neoclássico foi decisivo para estabelecer a ligação entre a teoria clássica da moeda e os modelos teóricos actuais sobre a inflação.

A Escola keynesiana entende a inflação como resultado do excesso de procura em relação à capacidade produtiva da economia. Essa interpretação deu origem a ferramentas de política económica que continuam centrais, como o uso da política fiscal e monetária para equilibrar emprego, crescimento e estabilidade de preços. Enquanto isso, os austríacos, rivais intelectuais dos keynesianos, viam a inflação como um fenómeno monetário e institucional, cuja raiz está na expansão artificial da moeda e do crédito. Para os seus autores, o combate à inflação exige limites severos à intervenção governamental e a criação de um sistema monetário sólido e descentralizado.

## Referências

1. Keynes, J. M. (1936). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Harcourt, Brace & World.
2. Friedman, M. (1963). *Inflação: Causas e consequências*. Asia Publishing House.
3. Samuelson, P. A. (1960). *Economia: Uma análise introdutória* (4ª ed.). McGraw-Hill.
4. Phelps, E. S. (1967). Curvas de Phillips, expectativas de inflação e desemprego ótimo ao longo do tempo. *Economica*, 34(135), 254–281.
5. Furtado, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Paz e Terra.
6. Lara Resende, A., & Arida, P. (1986). Inflação inercial e reforma monetária. *Estudos Económicos*, 16(3), 387–406.
7. Blanchard, O. (2021). *Macroeconomia* (8ª ed.). Pearson.
8. Mankiw, N. G. (2019). *Princípios de economia* (7ª ed.). Cengage Learning.
9. Krugman, P. (2018). *Economia internacional* (10ª ed.). Elsevier.
10. Bernanke, B., Antonovics, K., & Frank, R. (2019). *Princípios de macroeconomia* (6ª ed.). McGraw-Hill.
11. Mishkin, F. S. (2021). *A economia da moeda, dos bancos e dos mercados financeiros* (13ª ed.). Pearson.
12. Stiglitz, J. E. (2020). *A globalização e seus malefícios revisitados*. W.W. Norton & Company.
13. Blanchard, O., & Johnson, D. R. (2013). *Macroeconomia* (6ª ed.). Pearson.
14. Mishkin, F. S. (2019). *A economia da moeda, dos bancos e dos mercados financeiros* (12ª ed.). Pearson.
15. Abreu, M., Lima, J. S., & Gonçalves, C. E. (2021). *Inflação e política monetária no século XXI*. Editora Atlas.
16. Blaug, M. (1997). *A teoria econômica em retrospectiva* (5ª ed.). Cambridge University Press.
17. Dennis, H. (1981). *A história do pensamento econômico*. Nelson.
18. Malthus, T. R. (1798). *Um ensaio sobre o princípio da população*. Prometheus Books.
19. Schumpeter, J. A. (1954). *História da análise econômica*. Routledge.
20. Samuelson, P., & Solow, R. (1960). Aspectos analíticos da política anti-inflacionária. *American Economic Review*, 50(2), 177–194.
21. Tobin, J. (1972/1985). Inflação e desemprego. *American Economic Review*, 62(1), 1–18.
22. Hazlitt, H. (1978). *A crise da inflação e como resolvê-la*. Arlington House.
23. Rothbard, M. (2009). *O que o governo fez com o nosso dinheiro?* Ludwig von Mises Institute.
24. Piketty, T. (2012). *O capital no século XXI*. Intrínseca.
25. Hunt, E. K., & Lautzenheiser, M. (2013). *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier.
26. Heilbroner, R. (1992). *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: LTC.
27. Malabre, A. (1995). *Os profetas perdidos*. São Paulo: Makron Books.
28. Wapshott, N. (2013). *Keynes/Hayek – O confronto que definiu a economia moderna* (2ª ed.). D. Quixote.
29. Harvey, D. (2011). *O enigma do capital*. Boitempo.